

Quilombolas no WhatsApp: o papel do aprendizado coletivo nas lutas por reconhecimento

Quilombolas in WhatsApp: the role of collective learning in recognition struggles

Janine de Kássia Rocha Bargas¹

Rousiley Celi Moreira Maia²

Resumo: *Este estudo analisa as interações de um grupo de quilombolas do Pará no WhatsApp sobre o Processo Seletivo Especial da Universidade Federal do Pará. Busca-se compreender se e como tais interações possibilitam aprendizado coletivo sobre o PSE e a importância do aprendizado em suas ações políticas. A análise revela, a partir de dados coletados entre 2015 e 2016, que o WhatsApp, por sua instantaneidade, informalidade e simplicidade, possibilita condições para o aprendizado coletivo por meio da troca de informações; do ajustamento de opiniões; e da prescrição de ações, dos quais emergem, também, possibilidades de fortalecimento de ações políticas de luta por reconhecimento. Assim, os achados contribuem para dar a ver a relevância política e social das interações cotidianas e a complexidade das teias comunicacionais proporcionadas pelas mídias sociais.*

Palavras-chave: *quilombolas; WhatsApp; aprendizado coletivo; reconhecimento*

Abstract: *This study analyzes the interactions of a group of quilombolas from Pará in WhatsApp about the Special Selective Process of the Federal University of Pará. It seeks to understand if and how such interactions allow collective learning about the PSE, and the importance of learning in their political actions. The analysis reveals, from data collected between 2015 and 2016, that WhatsApp, for its instantaneousness, informality and simplicity, enables conditions for collective*

1 Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: ninebargas@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: rousiley@gmail.com

learning through: the exchange of information; adjustment of opinions; and the prescription of actions, from which also emerge possibilities for strengthening political actions to struggles for recognition. Thus, the findings contribute to show the political and social relevance of everyday interactions and the complexity of the communication networks provided by social media.

Keywords: quilombolas; WhatsApp; collective learning; recognition

1 Introdução

Os potenciais democráticos da internet e das apropriações de mídias sociais por meio de tecnologias móveis vêm, nos últimos anos, ocupando lugar de destaque nas investigações de diversas áreas do campo da comunicação. A este trabalho interessa particularmente os usos que quilombolas do Pará têm feito do WhatsApp,³ compreendendo esses usos como permeados e incorporados (HINE, 2015) em suas práticas cotidianas. De forma específica, fazemos uma reflexão sobre a conversação *on-line* em torno do Processo Seletivo Especial (PSE), ação afirmativa que dá a quilombolas direito de ingressar no ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Cabe destacar a realidade de precariedade do acesso dos quilombolas à internet de banda larga e as distâncias territoriais consideráveis entre as comunidades do Pará. Geralmente imersos em conflitos, com seus territórios sob ameaça, os quilombolas vêm, especialmente desde 1988, intensificando seus laços e se voltando para as lutas por seus direitos. Nesse contexto, nossa intenção é perceber como as interações por meio do WhatsApp contribuem para um processo de aprendizagem coletiva dos quilombolas sobre o PSE e de que forma tal aprendizagem reverbera em sua organização e ação políticas nos termos de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Diversos pesquisadores já desenvolveram experimentos, análises e revisões sobre a importância das conversações informais (CONOVER e SEARING, 2005; MARQUES e MAIA, 2010; MAIA, 2012, 2017), e do aprendizado coletivo para práticas políticas (HAMPTON, 2012; KANRA, 2012; KILGORE, 1999). Outros estudiosos se dedicaram a análises sobre as práticas *on-line* como “atividades sociais reais” e sobre a sua significância sociocultural e política (HINE, 2015). No entanto, pesquisas que procuram articular mais detidamente as interações no WhatsApp e

3 O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas comprado em 2014, por 16 bilhões de dólares, pelo site de rede social Facebook. De acordo com dados divulgados pelo próprio WhatsApp, o Brasil possuía, em fevereiro de 2014, cerca de 8% dos usuários em todo o mundo, o que corresponde a mais de 38 milhões de pessoas.

suas implicações ainda parecem incipientes, dado o caráter restrito do acesso aos dados, os desafios metodológicos, entre outros aspectos.

Dessa forma, este trabalho se desenvolve a partir de duas questões principais: 1) é possível notar alguma dimensão de aprendizado coletivo acerca do PSE no fluxo cotidiano de trocas comunicacionais no WhatsApp entre os quilombolas? Se sim, quais? 2) Qual a importância desse aprendizado coletivo para a organização e para as ações políticas sobre o PSE?

Examinamos o grupo Abayomi no WhatsApp e, com nossa participação no grupo, foi possível acompanhar as interações e discussões sobre o PSE. Escolhemos focalizar nossa análise no aspecto textual devido à complexidade de se investigar, conjuntamente, imagens, áudios e texto, o que demandaria um espaço maior que o disponível aqui.

Dessa forma, o trabalho está dividido da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos informações sobre as comunidades quilombolas no Pará e suas lutas, entendidas como lutas por reconhecimento, e descrevemos o PSE enquanto tema de interesse comum dos quilombolas e objeto de lutas; na segunda, discutimos a noção de aprendizado coletivo que adotamos no artigo; em seguida, detalhamos nossos procedimentos metodológicos, a configuração das interações *on-line* e as características do debate acerca do PSE. Por fim, fazemos uma análise sobre o papel do aprendizado coletivo na perspectiva mais ampla da teoria do reconhecimento.

2 Os quilombolas e as lutas por reconhecimento

As comunidades quilombolas estão inscritas nas chamadas populações tradicionais – conceituação registrada na legislação brasileira⁴ que busca dar relevo às especificidades de grupos que vivem em forte relação com os recursos naturais, constituídos por laços de solidariedade nos quais o aspecto étnico é central (ALMEIDA, 2010). O caso das comunidades quilombolas tem normatização específica. Após um século da abolição

4 Decreto presidencial 6.040/2007.

da escravidão no Brasil, o termo “comunidades remanescentes de quilombos”, expresso no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, tornou-se o grande marcador das ações políticas desses grupos.

Os negros escravizados no passado, assim como seus descendentes, têm uma complexa trajetória de luta advinda de formas de desrespeito e violências. Situações como essas são percebidas por Axel Honneth (2003) como parte de uma gramática moral que nos rege em sociedade, originária dos conflitos e das lutas sociais. Para Honneth, é possível entender tais formas de desrespeito como danos morais, isto é, como impactos que ferem a “autorrelação prática” (HONNETH, 2003, p. 214) dos sujeitos. Esses danos, por sua vez, se manifestam em três principais esferas de reconhecimento:⁵ na esfera íntima, circunscrita às relações afetivas mais próximas; na esfera do direito, manifesta na consecução de normas jurídicas que assegurem igualdade entre os sujeitos; e na esfera da estima social, na qual todos possam ser considerados como capazes de contribuir positivamente com a(s) sociedade(s) (HONNETH, 2003).

Sob essa perspectiva, os danos são compreendidos como força motriz de lutas políticas. No caso dos quilombolas, os abalos a que foram submetidos historicamente – violência física, privação de liberdade e de direitos e vexação ou degradação da estima social – produziram a força intersubjetivamente construída que os impulsionou às lutas tais como as conhecemos hoje. Os elos entre o sofrimento passado e a resistência desses grupos se apresentaram na forma de ações coletivas que variaram ao longo do contexto sócio-histórico: fugas, rebeliões no passado; luta contra o racismo a partir da abolição da escravidão; constituição de um projeto político quilombola a partir de 1988.

Dessa forma, a categoria “quilombo”, hoje, não faz referência apenas a um refúgio dos antepassados, mas demarca um processo de resistência expresso na constituição de coletividades orientadas para ações políticas (BARGAS e CARDOSO, 2015). Entre elas, a luta pela titulação territorial, pela garantia de cumprimento de outras leis, como as relacionadas à

5 Honneth se baseia nos escritos de Hegel e de Mead para fundamentar sua teoria do reconhecimento. De Hegel, desenvolve, de forma mais nuançada, as esferas do reconhecimento. De Mead, utilizou a noção de intersubjetividade, fundamentada na psicologia social e nos processos de subjetivação.

educação, e na afirmação positiva do que é “ser quilombola”, concebidas, portanto, como lutas por reconhecimento.

2.1 Reconhecimento jurídico: o caso do Processo Seletivo Especial

Entre as conquistas institucionalizadas dos quilombolas está o Processo de Seleção Especial (PSE), que faz parte da política de ação afirmativa da UFPA. Aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da universidade, o processo foi aplicado pela primeira vez na seleção 2012/2013. No primeiro edital, quilombolas concorreram ao preenchimento de duas vagas em cada curso da UFPA, num total de 117 vagas.

A seleção é composta por duas fases: a primeira, eliminatória e classificatória, consiste em uma prova de redação e conhecimentos gerais. Os aprovados passam à segunda etapa, somente classificatória, na qual são submetidos a uma entrevista. Nesse segundo momento, os candidatos são avaliados quanto à sua relação histórico-social com a comunidade, à participação em organizações civis e à sua intenção com a realização do curso superior. Ainda nesse processo, a identidade quilombola dos candidatos é “verificada” por meio de uma carta de pertencimento emitida pela associação de sua comunidade.

Seguindo o pensamento de Honneth (2003), consideramos que o PSE se inscreve como parte do reconhecimento jurídico dos quilombolas, ou seja, a esfera de reconhecimento relacionada à dimensão jurídica das relações, que gera um padrão de reconhecimento denominado “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 216). Trata-se de conceber a satisfação de pretensões a partir do pressuposto de que há uma igualdade entre os indivíduos e uma participação igualitária nas ordens institucionais.

Dessa forma, o PSE representa um ganho político-institucional que promove aos sujeitos quilombolas oportunidades de ingresso no ensino superior, de maneira que ameniza as desigualdades de oportunidades nesse âmbito, construídas historicamente pelo racismo e pelas desigualdades materiais e estruturais.

3 Aprendizado coletivo: da conversação à ação política

Neste trabalho, argumentamos que as interações *on-line* entre os quilombolas do Pará podem contribuir para a constituição de um aprendizado coletivo sobre o PSE e que esse aprendizado pode se converter em elos de uma semântica coletiva nas lutas por reconhecimento.

Essa denominação de aprendizado coletivo tem origem na década de 1970 com os escritos de Vygotsky (1978), especialmente a partir do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) no estudo de processos pedagógicos e de suas ideias sobre as distinções entre aprendizagem individual e aprendizagem grupal. Segundo essa ideia, há dois níveis de desenvolvimento: o real, isto é, “o nível de desenvolvimento das funções mentais de uma criança que foi estabelecido como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já concluídos” (VYGOTSKY, 1978, p. 85), e o potencial, que é “determinado através da resolução de problemas sob a orientação de adultos ou em colaboração com colegas mais capazes” (VYGOTSKY, 1978, p. 85). Assim, a ZDP é o intervalo entre esses dois níveis; ela nos permite compreender como alguém que aprende algo com o auxílio de outrem hoje pode também ser capaz de ensinar amanhã (KILGORE, 1999; VYGOTSKY, 1978).

Em estudos mais recentes sobre os processos de ensino-aprendizagem, por exemplo, a ideia é mais comumente associada ao termo “aprendizagem colaborativa” (BRUFEE, 2006, p. 635; WIENER, 1986; TRIMBUR, 2003) para designar uma ferramenta de trabalho pedagógico em que duas ou mais pessoas aprendem ou tentam aprender algo conjuntamente. Ou, mais do que isso, “para engajar pessoas em processos de negociação intelectual e tomada de decisão coletiva” (TRIMBUR, 2003, p. 461, tradução nossa).

No âmbito da psicologia social, Schudson (1997) faz uma distinção entre conversação sociável e conversação voltada para a resolução de problemas. As discussões informais (sociáveis) tendem a ser triviais, sem foco definido e carecem de razoabilidade pública. As discussões voltadas para resolução de problemas focalizam assuntos de interesse público e tendem a ser desconfortáveis, desenvolvendo-se através de argumentos.

O autor questiona a importância política de tais conversações, confinando o seu valor ao aspecto da tomada de decisão. No entanto, na discussão sociável de grupos concretos, em que os laços de solidariedade são alguns dos principais elos entre os membros, a conversação sociável pode comportar distintas formas de coesão que podem levar a um processo político legítimo em escalas cada vez maiores (HABERMAS, 1979).

Em outra perspectiva, segundo Kanra (2012), situações deliberativas podem comportar dois momentos distintos: o da aprendizagem e o da tomada de decisão. Nesse sentido, a aprendizagem recíproca pode contribuir para suplantando sensações de desânimo ou desengajamento de atores sociais que, diante de um sistema em que seus interesses são tomados por terceiros, em instâncias formais, se veem como autônomos em suas questões e compelidos a se mobilizar. Assim, outra breve definição de aprendizado coletivo pode ser a de que se trata de um processo intersubjetivo de busca de entendimento mútuo acerca de determinadas questões (KANRA, 2012).

Ao trazer essa definição para nosso estudo, colocamos também a ideia de grupo e de consciência social de justiça (KILGORE, 1999) no centro da análise. Isso porque é justamente sobre o terreno da coletividade que se dá o aprendizado e a ação. Dessa forma, o aprendizado coletivo também está relacionado a condições de emancipação. Merizow (1996) argumenta que uma relação de ensino-aprendizagem tem a missão de promover entendimento e condições ideais de fala que, por meio da reflexão crítica, tornam possível gerar o que ele chama de aprendizado emancipatório.

Partindo da ideia de ZDP, Kilgore (1999) defende que olhar para processos de aprendizado coletivo, em vez de individual, é uma forma útil de compreender como ações de grupos específicos e movimentos sociais ocorrem. Ela acrescenta à ideia de Vygotsky a ampliação do conceito de ZDP feita por Wells (1996), que explica ganhos de aprendizagem que se dão para além das capacidades dos pares. Em outras palavras, “um grupo tem possibilidades de desenvolvimento inovadoras, devido à diversidade dos membros” (KILGORE, 1999, p. 198).

4 A internet, as tecnologias móveis e os quilombolas

Como uma das formas de autoexpressão como comunidades unidas por uma identidade coletiva, seja em termos políticos ou socioculturais, os quilombolas do Pará passaram a acionar os dispositivos de tecnologias móveis à sua disposição. Sua presença em *sites* de redes sociais (SRS) como o Facebook e em grupos para os mais diversos fins no WhatsApp é incorporada de forma quase naturalizada (HINE, 2015).

No que tange às tecnologias móveis, interessa-nos particularmente as formas de uso e a questão da sociabilidade, isto é, das formas de interação resultantes das relações entre os indivíduos em que efeitos são produzidos uns sobre os outros (SIMMEL, 2006). Com isso, nossa intenção é promover uma espécie de readequação do olhar sobre processos de construção e manutenção de laços sociais e identidades individuais e coletivas (KILGORE, 1999), agora perpassados por aplicativos e mídias sociais.

Assim, na intensificação da organização e da ação política dos quilombolas no Pará, vem ocorrendo o que McAdam (1999) considera como liberação cognitiva de novos marcos de referência para a ação coletiva. A difusão da telefonia móvel, dos *smartphones* e da internet móvel para esses grupos impulsionou a utilização de mídias sociais tanto no que se refere à mobilização política, à publicização de mensagens de protesto e pedidos de justiça e mensagens de autoafirmação quanto à exposição de elementos do cotidiano, sejam eles individuais ou comunitários. Assim, as mídias estão presentes de forma estratégica no movimento quilombola e, de maneira informal, por assim dizer, no cotidiano daqueles que não necessariamente estão engajados em ações políticas.

4.1 As interações pelo WhatsApp

Dadas as dificuldades de acesso à internet em muitas comunidades quilombolas do Pará, geralmente localizadas nos espaços rurais, como é o caso das comunidades de Salvaterra, os dispositivos móveis e o

funcionamento do WhatsApp propiciam certa facilidade para as trocas comunicativas. Três características nos parecem determinantes para isso:

- a. A interação imediata. Considerando que os grupos aqui analisados são compostos por pessoas que já têm contatos prévios e, em muitos casos, relações sociais estabelecidas, a instantaneidade da troca de mensagens possibilita algo próximo a uma reprodução das condições “naturais” da conversação presencial. Esse atributo coincide com o interesse de argumentação em relação a determinados assuntos, à réplica e tréplica imediatas.
- b. A menor exposição do perfil do usuário. Engajar-se em discussões sobre temas complexos e, em certa medida, polêmicos pressupõe a necessidade de identificação e ação dos sujeitos envolvidos, assim como seu posicionamento. Ao contrário, o medo da invasão de privacidade, da mudança pública de opinião e o “constrangimento” do escrutínio público (CONOVER, SEARING e CREWE, 2002) poderiam comprometer o engajamento. Assim, a pré-seleção usada para compor os grupos no WhatsApp constitui um filtro desinibidor da participação.
- c. A simplicidade da interface – semelhante às de SMS –, conjugada a uma ferramenta de compressão de imagens e vídeo que facilita o tráfego de dados. Diante da dificuldade de acesso à internet, o envio de mensagens de texto, imagens, vídeos, áudios ou documentos requer mecanismos que facilitem o tráfego de dados. Nesse caso, o WhatsApp oferece essa possibilidade e complexifica a conversação, agora multimídia, tornando-a mais atrativa em muitos casos.

5 Metodologia

Este estudo se concentra particularmente no grupo de WhatsApp Abayomi, um dos mais ativos, entre os que temos acesso, em termos de conversação. O grupo, composto por 33 membros, foi criado em 3 de

julho de 2014 com o objetivo de agregar a juventude quilombola das comunidades do município de Salvaterra, na ilha do Marajó,⁶ para promover a formação de novas lideranças. Essa formação teve início com o projeto Ijê Ofê, promovido pelo Fórum Amazônia Oriental (Faor)⁷ nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Amapá.

A partir do projeto, que tinha o objetivo de trabalhar com quilombolas entre 18 e 26 anos para promover o protagonismo juvenil, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, os jovens de Salvaterra decidiram manter a articulação via WhatsApp. Fazem parte do grupo tanto jovens que já atuam ou atuaram na organização política de sua comunidade (associações) quanto outros que não desempenham atividade política formal no movimento quilombola, que participaram do projeto e/ou que foram agregados posteriormente.

A autorização para nossa participação no grupo e para a realização do estudo foi dada pela administradora e pelos demais membros, com os quais mantemos relações anteriores de pesquisa. De uma forma geral, nossa participação variou entre os papéis de “expectador” e de “interlocutor” nos termos de uma observação participante (FLICK et al., 2007).

Realizamos também, a partir do *back-up* do histórico de conversas, possibilitado por ferramenta própria do aplicativo WhatsApp, um levantamento quantitativo das falas e dos temas nos quais houve maior engajamento dos membros.⁸ O período analisado foi de 3 de julho de 2014 a 29 de março de 2016. Em nossa codificação, o tema PSE ganhou destaque, com 308 falas, 21,76% do total.

A partir desse levantamento, exemplos de falas foram consideradas como unidades de análise, sendo observados os conteúdos em si, quem

6 Salvaterra é uma das cidades polo da região do Marajó e abriga 15 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. São elas: Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Pau Furado, Vila União, Salvá, Campina, Caldeirão, Mangueiras, Providência, Deus Ajude, São Benedito, Paixão, Siricari e Rosário. Outras duas comunidades estão pleiteando o reconhecimento: Boca da Mata e Cururu África.

7 Organização sem fins lucrativos voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia oriental. O projeto Ijê Ofê foi realizado de 2011 a 2014 por meio de oficinas e encontros em diversas comunidades quilombolas da região.

8 Os temas foram categorizados como: denúncia, eventos, mulheres, obras, parcerias, PSE, informais. N=1.145.

os proferiu e a sequência da conversação⁹ em uma abordagem qualitativa. Das falas, destacamos, após leitura exaustiva do material, três grandes agrupamentos que fazem referência ao “tipo de relação” estabelecida entre os interlocutores, tendo como fundamentação a ideia de aprendizado coletivo (KANRA, 2012; KILGORE, 1999). Destacamos que nossa intenção não foi a de desenvolver uma análise de conteúdo. Em vez disso, propomos uma análise interpretativa das falas à luz do contexto empírico e dos conceitos adotados.

Optamos também por reproduzir literalmente, neste trabalho, os trechos de fala que servem de exemplos para nossa análise. A intenção é manter as características originais das interações, o que nos ajuda também a revelar e reforçar os traços típicos da conversação via WhatsApp, conforme apontamos no item anterior, assim como aspectos das relações sociais entre os membros do grupo, como certa proximidade, distanciamento, empatia etc.

6 Analisando aspectos do aprendizado coletivo

A partir do exposto até aqui, elencamos três características que nos parecem promover ou construir condições para o aprendizado coletivo sobre o PSE via WhatsApp entre os quilombolas: 1) o provimento de informações; 2) a expressão de um posicionamento; 3) a prescrição de sugestões ou recomendações visando à solução de problemas.

6.1 Informações

Nas interações pelo WhatsApp, é possível prover informações entre os envolvidos nas trocas comunicativas. Tais informações podem ser absorvidas, acionadas ou não, explícita ou implicitamente, no decorrer da conversação ou nas ações práticas presenciais. Nesse caso, não é possível mensurar exatamente como isso ocorre, sendo possível apenas identificar o provimento da informação colocada em circulação:

9 Os participantes do grupo são identificados com nomes fictícios com o intuito de preservar suas identidades e relações com as pesquisadoras e suas comunidades.

Dilberto: Olá povo boa noite. Jamile eu to encucado com o edital do PSE desse ano e gostaria de saber se teve alguma mudança. Se sim me fale a numeração, é que tenho algumas dúvidas ok? Espero a resposta (Grupo Abayomi, 19 abr. 2016).

Luíza: Elaine, vc poderia ter pedido a prova no hospital!

Dilberto: Mas ela veio para o hospital sábado. Não sei se tinha como.

Luíza: Mandava um email! Registrava e depois solicitava!

Elaine: 🙄

Luíza: É assim que fazemos não é vdd ? (Grupo Abayomi, 19 abr. 2016).

Nas falas isoladas ou em uma sequência, fica explícita a possibilidade das trocas de informações específicas sobre o PSE. No primeiro exemplo, Dilberto solicita detalhes acerca do edital do PSE a Jamile, liderança que já é discente da UFPA e que participa de reuniões sobre o tema na universidade. Dilberto crê que a resposta servirá de auxílio a outros membros de sua comunidade. No segundo, é exposta uma possibilidade de realização da prova que uma das candidatas não conhecia. Por estar doente, a candidata teria o direito de solicitar a aplicação da prova no hospital, informação que poderá ser utilizada em outras situações semelhantes.

Defendemos, diante disso, que essa troca informacional serve tanto à melhoria da comunicação entre os membros do grupo quanto à compreensão sobre o tópico e ao fortalecimento da confiança (KANRA, 2012; KILGORE, 1999). A socialização de informações tende a diminuir os ruídos sobre questões básicas enquanto conteúdo da discussão.

Assim, também, a publicidade das informações, aliada às relações prévias entre os participantes, potencialmente diminui as incertezas em torno dos próprios sujeitos, sobre seus lugares de fala, possibilitando o julgamento da coerência entre uma e outra – publicidade e *accountability* (GUTMAM e THOMPSON, 1996), gerando confiança ou desconfiança. Além disso, é possível aferir, entre o cardápio de informações, aqueles pontos de maior ou menor relevância, suficientes para manter o tópico em discussão.

6.2 Posicionamento

Ao se posicionar, com o assentimento dos interlocutores (EGGINS et al., 2002), o falante explicita sua opinião acerca do tema, elucidando suas experiências vividas e delimitando sua ação na conversação e suas referências sobre o assunto (HASLAM et al., 1996). No contexto da conversação, o posicionamento contribui também para a formação da opinião dos outros participantes da interação:

Nelson: 🤔🤔🤔👏👏👏👏! Parabéns. Espero que todos passem e tragam benefícios para a comunidade, e que trabalhe para um bem comum.

Sandro: Me sinto feliz por ter ajudado muito as pessoas que passaram lá [comunidade de Vila União]. E para os que passaram nas outras comunidades também.

Lúcia: Eu torço pra isso, espero que colaborem tanto para a comunidade quanto pro município.

Luíza: Parabéns aos aprovados nessa primeira fase (Grupo Abayomi, 12 fev. 2016).

Dilberto: Gente indentifiquei 37 quilombolas aprovados na redação do etno[desenvolvimento] só de Salvaterra, axo q vamos pintar a UFPA de preto e mostrar que agora chegou a nossa vez.

Manuel: Éguaaa, que vitória (Grupo Abayomi, 17 fev. 2016).

Na primeira sequência de falas, Nelson marca sua posição quanto aos frutos da aprovação dos quilombolas para o ensino superior. De acordo com seu ponto de vista, que pode influenciar ou não o posicionamento dos outros membros da interação, o conhecimento adquirido na universidade deve estar a serviço do “bem comum”. Da mesma forma, Lúcia agrega novo componente ao argumento, afirmando que esse conhecimento deve extrapolar os limites das comunidades, voltando-se ao município como um todo.

Na segunda sequência, Dilberto, além de prover informações sobre o número de aprovados na primeira fase da seleção, demarca fortemente sua opinião sobre o significado das aprovações para os quilombolas. Ao

dizer que “vamos pintar a universidade de preto e mostrar que agora chegou a nossa vez”, Dilberto faz referência ao aspecto social da política afirmativa da UFPA – que reconfiguraria, em termos raciais, o corpo discente – e ao processo de exclusão de grupos negros do ensino superior.

Ao expor seu posicionamento acerca de determinado aspecto do tema e ter a liberdade de fazê-lo, o participante do grupo constrói a ideia de respeitabilidade mútua, que advém da autoridade concedida pelos outros à sua possibilidade de fala (EGGINS et al., 2002). Além disso, a expressão de sentimentos, pensamentos, opiniões etc. fortalece a ligação entre os membros, na qual a autodefinição ou identidade também é ajustada e atualizada (KANRA, 2012).

Dessa maneira, seja concordando ou discordando dos posicionamentos, os interlocutores têm a possibilidade de produzirem ajustamentos de suas opiniões, já que a posição expressa se torna uma referência sobre o tema (HASLAM et al., 1996; KANRA, 2012). Este último ponto se interliga fundamentalmente ao terceiro aspecto do aprendizado coletivo, explicitado a seguir.

6.3 Prescrição

A função de prescrição diz respeito não necessariamente à tomada de decisão, mas à sugestão ou recomendação de ações ou de soluções aos impasses ou a determinadas questões.

Suzana: Temos que nos unir e marca uma reunião em Belém com reitor, Ceps, Centro Acadêmico e representantes dos grupos de pertencimento! Para discutir esse assunto [edital do PSE]!

Jamile: A manhã tem reunião pra discuti como será o processo de entrevista. Estou querendo ir. Quem quiser deixar opinião posso colocar também, vou como Discente (Grupo Abayomi, 18 jan. 2016).

Dilberto: Deveríamos marcar uma conversa com os interessados ou seja dar umas orientações sobre a entrevista, se as lideranças pudessem mapear os aprovados de seus quilombos para não haver vazamento de declaração para quem não pertence ou não merece.

Suzana: Depende de nós (Grupo Abayomi, 17 fev. 2016).

Suzana, na primeira sequência, sugere a realização de reuniões presenciais com as instâncias de tomada de decisão da UFPA com o objetivo de minimizar os problemas do edital – do ponto de vista dos quilombolas. Jamile, nessa mesma sequência, incrementa a sugestão, colocando-se à disposição para levar à universidade as opiniões de outras pessoas, expressas no grupo do WhatsApp, para a reunião marcada anteriormente.

No segundo trecho, Dilberto também sugere reuniões para congregar os candidatos aprovados na primeira fase do PSE, ressaltando a importância de uma preparação específica para a entrevista e procurando precaver os quilombolas de possíveis excessos na concessão de declarações de pertencimento – exigidas pelo edital para “comprovação” da identidade quilombola.

Aqui, a constituição de um ponto de referência advindo de explicitações de certos posicionamentos estabelece uma espécie de síntese de pontos comuns colocados em circulação no fluxo da discussão (HASSLAM et al., 1996). A possibilidade de mudança ou tomada de atitude, por sua vez, torna-se viável quando há a consagração desses elementos comuns entre os participantes.

Tais aceções nos levam, assim, a responder afirmativamente a nossa primeira questão, que indaga sobre as possibilidades de construção de aprendizado coletivo sobre o PSE em interações pelo WhatsApp entre os quilombolas. Dessa primeira análise, onde pudemos destacar três aspectos básicos sobre o aprendizado coletivo, passamos, então, à reflexão sobre o papel desse aprendizado para as ações políticas dos quilombolas sobre o PSE.

7 Aprendizado coletivo e lutas por reconhecimento

Manter-se na conversação *on-line* provendo informações, posicionando-se ou prescrevendo atitudes ou soluções a um determinado problema não exclui da interação processos de manutenção de hierarquias sociais presentes nos grupos ou a ocorrência de um “curso de identidades” (DRYZEK, 2005) entre os participantes, ou seja, uma disputa entre os

lugares sociais ocupados pelos membros do grupo. Não obstante, a exposição a uma troca argumentativa de certa forma livre de pressões de tempo (típicas dos processos de tomada de decisão formais) abre possibilidades para a construção qualitativa de opiniões e para a definição de situações (KANRA, 2012).

A despeito das competências cognitivas e morais iminentes aos indivíduos (HABERMAS, 1979), tais aspectos reforçam a importância de processos cooperativos de aprendizagem. Nesse sentido, o processo de aprendizagem coletiva visa desenvolver o entendimento do outro ou, em outras palavras, assentimento e avaliação de outras perspectivas (KANRA, 2012; KILGORE, 1999).

De acordo com Honneth (2003), a partir das formas de desrespeito, que imputam ao indivíduo sentimentos negativos e reações, é possível emergir a ação coletiva. O autor explica, no entanto, que o desrespeito não se converte, automaticamente, em resistência: a mudança na natureza das consequências da lesão, ou seja, o deslocamento do plano subjetivo para o plano da ação depende da existência de um contexto que ofereça possibilidades e conteúdo político e social ao sujeito lesado. Em outros termos, para que o desrespeito se converta em resistência política, é necessário que haja um terreno fértil constituído de conteúdo político que fortaleça e legitime a ação coletiva (HONNETH, 2003; YOUNG, 2000).

Nesse sentido, as interações *on-line* por meio do WhatsApp em torno do PSE deixam nítida a relevância de relações recíprocas e de ações voltadas para o entendimento na construção de um conteúdo útil para as ações políticas no contexto mais amplo nos termos de uma semântica coletiva (HONNETH, 2003). Nessa perspectiva, é possível afirmar ainda o favorecimento das interações *on-line* para a construção intersubjetiva do que é justiça ou bem comum.

No que tange à esfera jurídica do reconhecimento, constituir-se como sujeito de direito no âmbito das trocas intersubjetivas (GARCÊZ, 2011; HONNETH, 2003) atua como elo cognitivo entre a autoconsciência e a reivindicação, como um ganho epistêmico às ações políticas.

Aqui, os quilombolas veem-se como protagonistas de situações que podem definir rumos futuros, por exemplo, convidando-se mutuamente a agir de forma incisiva na preparação dos candidatos para a segunda etapa de seleção do PSE, onde serão inquiridos a respeito de seu pertencimento às comunidades, ou mesmo quando reclamam a importância de não afrouxar a liberação de cartas das associações para sujeitos que não mantêm laços de solidariedade ou pertencimento e que, portanto, “não merecem” ser reconhecidos como quilombolas. Isso difere das sistemáticas formas de desrespeito a esses sujeitos, nas quais, por séculos, sequer foram considerados como sujeitos de direito. O *status* de “coisa/objeto” obstruía, nesse sentido, a constituição do autorrespeito.

Além disso, o quadro de interpretação intersubjetivo (HONNETH, 2003; MAIA, 2014), como substrato das ações coletivas, depende desse ajustamento interno em que os sentimentos de injustiça e os sentidos de justiça são permanentemente constituídos e compartilhados. Dessa forma, os usos do grupo no WhatsApp e as interações que nele ocorrem certamente contribuem para esses ajustamentos, já que fazem parte da complexa teia de apropriações e práticas desses sujeitos em suas comunidades e no contexto social.

As funções aqui destacadas desse processo de aprendizagem coletiva por meio das interações no WhatsApp – informação, posicionamento e prescrição – cumprem o papel de elo semântico entre as experiências individuais e o plano coletivo, promovendo e/ou fortalecendo identificações, refutações, sensibilizações e mobilizações em torno da situação vivida. Especificamente no que diz respeito ao PSE, as interações *on-line* permitem aos participantes adensarem suas práticas em torno do tema, fortalecendo suas competências políticas e suas capacidades individuais. Além disso, podem transpor esse adensamento às relações sociais das quais fazem parte, replicando conhecimento e aprimorando a aplicação do PSE de acordo com o que é defendido como justo intersubjetivamente.

A partir dos processos de “ganho” intersubjetivo, torna-se possível, então, segundo Honneth (2003), desconstruir formas históricas de

desrespeito, construir novos códigos morais e institucionalizá-los. Assim, as lutas por reconhecimento têm papel estruturante em um processo de evolução moral das sociedades, fundamentado então, na construção histórica de ideais normativos centrados na autorrealização dos sujeitos.

9. Conclusão

Para responder às perguntas balizadoras deste estudo, partimos do pressuposto que das interações mais simples da vida cotidiana podem emergir processos sociais mais complexos, úteis ao estabelecimento de padrões de reconhecimento considerados justos pelos sujeitos envolvidos.

O foco sobre interações *on-line* entre quilombolas chama atenção, ao mesmo tempo, para as alterações das formas de sociabilidade proporcionadas pelas apropriações de mídias sociais, assim como para a especificidade dos quilombolas enquanto grupo social em forte embate com padrões de não reconhecimento historicamente construídos e para as suas tentativas de revertê-los. O caso do PSE para quilombolas abarca, nesse sentido, novas formas de engajamento em uma questão comum, ainda sem contornos definitivos, mas que já reverbera na construção ou manutenção de parâmetros de pertencimento e posicionamento dos sujeitos acerca do tema.

Não é possível afirmar *a priori* que as interações *on-line* e os usos do WhatsApp tenham poder de produzir, nas três esferas de reconhecimento apontadas por Honneth (2003), efeitos mais amplos. Isso porque esses processos estão imbricados em outras variáveis, como as próprias vicissitudes das relações precedentes, das hierarquias, do acesso ao aplicativo e à internet, entre outros aspectos estruturais.

Não obstante, diante das limitações territoriais e da precariedade de acesso à internet e à informação de qualidade, as interações pelo WhatsApp acabaram se convertendo em uma importante ferramenta de aprendizado coletivo para os quilombolas em que é possível o intercâmbio de informações, o ajustamento de opiniões e a construção de soluções para os embates vividos. Esse conjunto de possibilidades

transborda, também, por meio das lideranças, para práticas políticas mais organizadas na forma de movimentos sociais.

É claro que, das interações mais informais até os centros de tomada de decisão, o caminho é longo e complexo, nem sempre linear. No entanto, se os processos de ajustamento político intersubjetivo são primordiais para a construção de uma luta por reconhecimento construída sobre bases sólidas, parece-nos que aqui encontramos fertilidade para compreender como esses ajustamentos estão ocorrendo na complexidade das teias sociais.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização. Direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: _____. et al. (Orgs.). *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
- BARGAS, J.; CARDOSO, L. F. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015.
- CARPENTIER, N. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 14, n. 2, p. 164-177, 2012.
- CONOVER, P. J.; SEARING, D. Studying “Everyday Political Talk” in the Deliberative System. *Acta Politica*, n. 40, p. 269-283, 2005.
- DRYZEK, J. Deliberative Democracy in Divided Societies: Alternatives to Agonism and Analgesia. *Political Theory*, n. 33, p. 218-242, 2005.
- EGGINS, R.; HASLAM, S. A.; REYNOLDS, K. Social Identity and Negotiation: Subgroup Representation and Superordinate Consensus. *Personality and Social Psychology Bulletin*, n. 28, p. 887-899, 2002.
- FLICK, U. et al. *The Sage qualitative research kit*. Londres: Sage, 2007.
- GARCÊZ, R. L. Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no Orkut: quando temas sensíveis definem a trajetória da discussão. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 231-256.
- GUTMAM, A.; THOMPSON, D. *Democracy and disagreement: why moral conflict cannot be avoided in politics, and what should be done about it*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

- HABERMAS, J. *Communication and the Evolution of Society*. Boston: Beacon Press, 1979.
- HASLAM, S. A.; MCGARTY, C.; TURNER, J. C. Salient Group membership and Persuasion: The Role of Social Identity in the Validation of Beliefs. In: NYE, J. L.; BROWER, A. M. (Eds.). *What is Social About Social Cognition in Small Groups*. Thousand Oaks: Sage, 1996. p. 29-56.
- HINE, C. *Ethnography for the Internet*. Embedded, Embodied and Everyday. Londres; Nova York: Bloomsbury Publishing, 2015.
- HONNETH, A. Grounding recognition: a rejoinder to critical questions. *Inquiry: an interdisciplinary Journal of Philosophy*, v. 45, n. 4, p. 499-520, 2002.
- _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- KANRA, B. Binary Deliberation: The Role of Social Learning in Divided Societies. *Journal of Public Deliberation*, v. 8, p. 1-24, 2012.
- KILGORE, D. Understanding learning in social movements: a theory of collective learning. *International Journal of Lifelong Education*, v. 18, n. 3, p. 191-202, maio-jun. 1999.
- MAIA, R. C. M. *Deliberation, The Media and Political Talk*. Nova York: Hampton Press, 2012.
- _____. Politicisation, New Media and Everyday deliberation. In: HAY, C.; FLINDERS, M.; FAWCETT, P.; WOOD, M. (Eds.). *Antipolitics, depoliticisation and governance*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 180-235.
- MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- _____.; GARCÊZ, R. L. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, v. 6, p. 359-382, 2013.
- MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. Everyday conversation in the deliberative process: an analysis of communicative exchanges in discussion groups and their contributions to civic and political socialization. *Journal of Communication*, v. 60, n. 4, p. 611-635, 2010.
- MCADAM, D. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- MEZIROW, J. Contemporary paradigms of learning. *Adult Education Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 158-173, 1996.
- SCHUDSON, M. Why conversation is not the soul of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, n. 4, p. 297-309, 1997.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- TRIMBUR, J. Consensus and Difference in Collaborative Learning. In: VILLANUEVA, V. *Cross-Talk in Comp Theory: a Reader*. 2. ed. rev. atual. Washington: National Council of Teachers of English, 2003. p. 461-478.
- VYGOTSKY, L. S. *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

WELLS, G. *The zone of proximal development and its implications for learning and teaching*. [s. l.], 1996. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/dialogic-inquiry/the-zone-of-proximal-development-and-its-implications-for-learning-and-teaching/EC2BDF2CDE813870D9545362734315EB>. Acesso em: ago. 2017.

WIENER, H. S. *Collaborative Learning in the Classroom. A Guide to Evaluation*. *College English*, v. 48, n. 1, p. 52-61, 1986.

YOUNG, I. *Inclusive Political Communication*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

Sobre os autores

Janine de Kássia Rocha Bargas – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, e graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, ambas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante dos grupos de pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA/UFPA).

Rousiley Celi Moreira Maia – Professora titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG). Mestrado e doutorado em Ciência Política pela University of Nottingham, Inglaterra (1989 e 1992, respectivamente). Pós-doutorado no Boston College, Estados Unidos (2010-2011). Líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG).

Data de submissão: 20/04/2017

Data de aceite: 27/06/2017